

O PLANO DE REAJUSTES

Funaro vai hoje aos EUA (e depois à Europa) para explicar como o governo pretende conter a inflação e os gastos públicos

O ministro Dílson Funaro viaja esta noite para Washington, levando na bagagem o plano idealizado pelo governo brasileiro para reajustar a economia e que será exposto à comunidade financeira internacional. Junto com ele viajam também o presidente do Banco Central, Francisco Góes, e o assessor internacional do Ministério da Fazenda, Álvaro Alencar, encarregados de negociar diretamente com os credores. Funaro, que volta ao Brasil quinta-feira que vem, tem encontros previstos apenas com autoridades do governo, e não com banqueiros.

Segundo um assessor de Funaro, o plano de ajuste — baseado na redução dos gastos públicos e no controle da inflação — começará a ser implantado assim que o ministro voltar. O programa de ajuste começou a ser articulado no momento em que o governo decidiu suspender o pagamento dos juros da dívida. O auxiliar de Funaro observou que tal medida, e o congelamento dos depósitos dos bancos credores dentro das linhas de curto prazo, exigirão que Funaro não se apresente para negociar "com mãos vazias".

O assessor esclareceu que o início do programa de ajustes da economia não depende da aprovação dos bancos e autoridades dos

países credores. Mas seria impossível o Brasil conseguir fechar um acordo com os bancos sem apresentar compromissos mínimos em relação ao controle de sua economia, explicou.

Aos credores, Funaro dirá que o governo brasileiro já tomou algumas medidas de controle do déficit público. Relacionará a determinação do Tesouro Nacional gastar apenas o que arrecadar durante os próximos meses, a intervenção dos bancos estaduais "quebrados" e o projeto de lei a ser encaminhado ao congresso que prevê o corte de subsídios. Com estas medidas e um controle diário sobre as contas do governo, Funaro apresentará projeção de déficit público operacional para 1987 em torno de 1,5% do PIB.

O ministro também exporá aos credores que o governo brasileiro pretende estabilizar a inflação a partir de abril. Neste campo, dirá que será aplicada uma política rígida sobre os preços monopolizados e oligopolizados, através do CIP, e que a "supersafrinha" de verão deste ano garantirá uma boa oferta de alimentos básicos e afastará o risco de um "choque agrícola".

Funaro também dará garantias de que o Brasil executará uma política cambial realista, acelerando o processo de minidesvalorizações



Funaro: conversas com credores.

diárias. O ministro dirá ainda que o Brasil não partirá para a radicalização e deseja ser um país confiável e continuar recebendo novos investimentos líquidos, em relação à renegociação da dívida, o minis-

tro apresentará o desejo de reduzir os serviços da dívida e receber dinheiro novo ainda neste ano.

Auditória

Funaro explicou que a auditoria que o governo está realizando

sobre o total da dívida externa brasileira servirá para "o levantamento de alguns outros casos de irregularidades". O ministro citou o exemplo de um caso "notório", o escândalo da Central Sul, que teria desviado cerca de US\$ 200 milhões de empréstimos externos.

Destacou que os bancos brasileiros no Exterior não têm encontrado quaisquer dificuldades para fechar suas posições de caixa. "Estamos conseguindo a rolagem de todos os contratos e a situação é da mais absoluta tranquilidade", frisou.

O ministro da Fazenda disse que o Brasil já pagou aos bancos estrangeiros, nos últimos quatro anos, nada menos que US\$ 36 bilhões, o que fez do País, mesmo com a suspensão do pagamento dos juros agora decretada, o melhor pagador do mundo.

Em Washington, o ministro tem encontros marcados com o secretário do Tesouro, James Baker, com o presidente da Reserva Federal, Paul Volcker, e com o diretor do FMI, Michel Camdessus. No sábado, ele segue para Paris e depois Londres, Bonn e Roma, encontrando-se com os ministros de Finanças e presidentes dos bancos centrais de cada país. Já a agenda do presidente do BC, Francisco Góes, prevê

conversas com os representantes dos bancos privados credores do Brasil, nos EUA, França, Grã-Bretanha e Suíça.

Góes disse ontem que a renegociação da dívida agora será diferente. Não se trata, segundo ele, de apenas acertar spreads, juros e prazos de pagamento, mas de colocar junto aos banqueiros e os governos credores que o País não pode continuar remetendo ao Exterior 5% do seu PIB, comprometendo o crescimento econômico.

Solidariedade

Ontem, o Brasil recebeu o apoio de cinco importantes parceiros comerciais: Irã, Iraque, Nigéria, Kuwait e China ofereceram aumento nas cotas de petróleo que fornecem ao País, para o caso de dificuldades nas importações do produto.

A noite, ao receber em sua casa, em Brasília, alguns dos principais líderes empresariais do País, o ministro Funaro explicou a situação da dívida externa e as novas medidas internas que o governo pretende tomar. Estavam presentes, entre outros, o presidente da CNI, Albano Franco, o presidente da Fiesp, Mário Amato, e o vice-presidente da Abinéa, Paulo Vellinho.

jogo
MARCO
ANTÔNIO
ROCHA
ECONÔMICO

**É até
capaz de dar
certo**

O diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, que vem acompanhando todos os passos desses primeiros dias críticos da moratória, informava ontem que a primeira conversa de Pádua Seixas com o comitê de bancos fora normal e que ontem à tarde ele teria a segunda.

Freitas considera que a decisão de bloquear os saques de créditos e depósitos por parte de bancos estrangeiros em Nova York foi apenas de natureza gerencial, destinada a proteger a liquidez brasileira no Exterior e ajudar os próprios grandes bancos a controlarem a situação, uma vez que nestes primeiros momentos, num universo tão amplo e disperso de bancos sempre pode haver atitudes impensadas que precipitem fatos que ninguém quer que ocorram. A medida não faz parte da filosofia com que foi decidida a suspensão dos pagamentos, pois ela é unilateral e algo truculenta enquanto a postura que o governo brasileiro faz questão de manter é de entendimento e negociação. Foi um imperativo de circunstância.

Temos, todavia, dois riscos. Um do lado de lá, com a eventualidade de uma debandada dos bancos pequenos e consequente queda da liquidez brasileira no Exterior, que o governo deseja preservar neste momento. Outro do lado de cá. O ministro Dílson Funaro já deu inúmeras demonstrações da sua vocação para mau jogador de pôquer, **blefando** demais.

As donas-de-casa e os fiscais do Sarney que o digam. O aparente "sucesso" — até agora — da decisão de sexta-feira, pode ter subido à cabeça notoriamente ousada e fresca do nosso principal ministro a ponto de levá-lo a mudar a fórmula que inicialmente pensara em propor aos credores, para torná-la **definitiva**. O ministro tem dessas demais. Aproveitar a "brecha" é o seu feitio. E aí as coisas podem se complicar.

De qualquer modo, tudo indica que passado este primeiro momento de esforços para controlar a situação, lá e cá, os credores entrarão com uma tática de esperar para ouvir, de negociação dilatada. É o esmeril externo que passará a desbastar o governo Sarney. Enquanto isso, na frente interna, milhares de negócios estão parando ou sendo postergados para quando se resolver a situação da moratória. Isso significa queda da atividade e menos emprego. É o esmeril interno. Tanto o governo sabe disso que precipitou a reunião do famoso conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento e prepara medidas anti-recessivas na área econômica, além de aquelas desinibidoras na área administrativa, como a reindexação dos títulos públicos, a definição dos reajustes de aluguel e prestações de casa, o destino da tablita de conversão de dívidas etc. Espera com essas duas coisas animar o setor privado a voltar a trabalhar ao invés de ficar na expectativa.

Mas, aí é que entra a velha história. Os imperativos de circunstância podem gerar situações que acabam inviabilizando os propósitos iniciais. É o que acontece, às vezes, nos gramados de futebol: por um imperativo de circunstância, para evitar um gol certo, alguém é obrigado a dar uma "sarrada" no adversário. E o jogo todo degenera em pancadaria e vexame, que não era a intenção.

O presidente Sarney ao dar a pirueta da moratória para livrar-se dos leões que o rondavam de novo na arena política, pode ter pensado em diversos riscos, menos, talvez, no de aterrissar em arena igual ou pior. Não foi um salto no escuro como disseram vários críticos, mas ele pode ter caído entre duas rodas de esmeril: uma externa, outra interna.

As boas notícias da semana ficaram na área da inflação. Os dados da Fipe aqui em São Paulo sugerem uma inflexão da curva, como queria a teoria da "bolha". E as estimativas preliminares a nível nacional também sugerem uma taxa de inflação para fevereiro menor que a de janeiro. É pouquíssima coisa por enquanto. Não dá para o prof. João Manuel começar a festejar. Mas pelo menos esfraria um pouco a tese da hiperinflação iminente.

O presidente Sarney assumiu o comando da administração. Cancelou audiências para dedicar-se à batalha de Wall Street e mandou instalar computadores no seu gabinete para a batalha da austeridade. Ótimo. Rezemos todos para que não termine como aquele personagem de Gabriel García Márquez, o coronel Aureliano Buendia, que entrou em muitas revoluções... e perdeu todas!

A volta ao FMI, apenas questão de tempo?

A possibilidade de o País voltar a recorrer ao FMI, como aconteceu na crise de 1982 e que agora é levantada por políticos da oposição, está fora de cogitação, segundo o ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Ontem, ele reafirmou que o governo pretende negociar um acordo com os credores, "sem confronto", mas sem se submeter às regras do Fundo. "Não é esta a posição do governo brasileiro", afirmou Funaro. Outras fontes do próprio governo, contudo, entendem que a reaproximação com o FMI é apenas uma questão de tempo e não seria vantajoso prolongar indefinidamente o esfriamento das relações com a entidade.

Essa tese inflamou os debates no Congresso, em que parlamentares do PDS e de outras legendas de oposição, liderados pelo ex-ministro Delfim Neto, não só defendem a medida como acham-na inevitável. "O presidente Sarney e o ministro da Fazenda se equivocaram quando imaginaram que os banqueiros, pressionados pela suspensão do pagamento dos juros, iriam se acovardar e negociar rapidamente um acordo na forma pretendida pelo governo", disse Delfim. Segundo ele, os banqueiros vão agir tranquilamente, "deixando sangrar o governo" com a perda de reservas, que ocorrerá mesmo com a suspensão do pagamento dos juros. O ex-ministro, que adotou a moratória de 1982, acha que o País deve preparar-se para uma negociação extremamente difícil. "Mais cedo ou mais tarde, o governo acabará batendo às portas do FMI", previu Delfim, citando as sondagens que

estariam sendo feitas pelo Palácio do Planalto com o propósito de testar a receptividade dos partidos da Aliança Democrática à idéia de ir ao Fundo.

Para o ex-ministro do Planejamento, é bem melhor para o País recorrer à ajuda do Fundo, pois assim poderá ser montado um acordo de cooperação, assegurando-se recursos novos dos bancos privados e do próprio FMI para a recomposição das reservas.

Comentou que as linhas de crédito de curto prazo não serão suspensas, "mas irão afinando com o tempo", criando aos poucos um problema de liquidez para os bancos brasileiros no Exterior e um incômodo para o financiamento comercial. O ex-ministro acha que a restrição da legislação do Federal Reserve quanto à obrigatoriedade do lançamento em créditos em liquidação (no **Performing**), dos juros não recebidos no prazo de 90 dias, poderá ser contornada pelo próprio Federal Reserve, se a situação assim o aconselhar.

"Eu não sei nada disso e não vou falar sobre o que não sei", afirmou ontem o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, sobre a idéia de recorrer ao FMI para renegociar a dívida externa, com o aval do PMDB. "Não tem nada disso, a posição do PMDB sobre o FMI é a conhecida", insistiu.

Vários parlamentares do partido reagiram com perplexidade à notícia. Para o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) é dever do governo assumir uma posição de clareza perante a sociedade e dizer que política está adotando para renegociar a dívida. "Se o PMDB der o

aval vai repetir, em momento pior, porque na transição, a recessão de 82. Recorrer ao FMI não é enfrentamento, é submissão ao sistema financeiro internacional."

Já o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) acha que o FMI é a saída natural para o País saldar

seus compromissos externos. "Em política econômica, é preciso ser realista", explicou. "Ir ao FMI e se compar com ele não é nenhuma novidade para o Brasil, desde que a composição não submeta a soberania do País às diretrizes do Fundo."

Novo congelamento de preços e salários para salvar o Plano Austral. E mais negociações com os credores.

Brodersohn, chegou ontem a Washington após fazer escala em Brasília, onde acertou com o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, uma ativa cooperação mútua.

Antes de seguir para Nova York, Brodersohn se entrevistou com o presidente da Reserva Federal (banco central), Paul Volcker, após reunir-se com o secretário do Tesouro, James Baker.

A Argentina necessita de US\$ 4 bilhões em dinheiro novo para cumprir os compromissos contraídos. Sua dívida é calculada em US\$ 55 bilhões, porém, no caso, não está em discussão o principal mas sim o pagamento dos juros desse débito.

O governo argentino pretende que o comitê de bancos lhe conceda novos créditos no valor de US\$ 2,150 bilhões, bem como refinancie o vencimento de US\$ 30 bilhões por um prazo de 20 anos com cinco

de carência, uma redução substancial da taxa de risco (**spread**).

Os banqueiros privados estão ante uma dura alternativa: se rejeitam o pedido argentino, o governo de Buenos Aires deverá ficar ao lado do de Brasília, o que abriria uma grave crise financeira internacional; e se apóiam o pedido argentino, então tampouco poderiam negar ajuda ao Brasil, onde seus negócios são maiores em volume.

O embaixador norte-americano em Buenos Aires, Theodore Gildred, afirmou ontem à noite que os Estados Unidos apoiarão a Argentina em suas negociações sobre a dívida externa:

"Os Estados Unidos querem responder da melhor maneira, sabendo que este governo e o ministro Sourrouille fizeram todo o possível para demonstrar uma responsabilidade sobre a dívida", disse Gildred.

As negociações

O secretário da Fazenda, Mário

Choque Argentino

A Argentina iniciou ontem em Nova York conversações com os bancos privados credores e pediu novos financiamentos para enfrentar seus compromissos internacionais. Ao mesmo tempo, o ministro da Economia, Juan Sourrouille, anunciou ao país o congelamento de preços e salários para salvar o Plano Austral, ante o recrudescimento da inflação, mas não fez nenhuma referência direta ou indireta ao tema da dívida externa. Por sua vez, o embaixador norte-americano em Buenos Aires anunciou o apoio de Washington às negociações argentinas.

O governo argentino decidiu também reduzir 20% em três anos o funcionalismo público, incentivar o capital privado na indústria de petróleo e favorecer o mercado de capitais. Em matéria salarial, concedeu um aumento médio de 4% e elevou o salário mínimo para US\$ 100. O austral sofreu nova desvalorização

de 15% a 18% ante o dólar, com a inflação acelerada.

É a opinião de Beluzzo.

O assessor de Funaro fala a Celso Ming

O governo brasileiro vai apresentar a seus credores uma proposta de renegociação da dívida externa cujo espírito é restabelecer os fluxos de financiamento das contas brasileiras suspensos desde 1982. Essa proposta ficará dentro dos parâmetros econômico-financeiros perfeitamente aceitáveis por qualquer banco internacional. Se não for aceita o seria apenas por razões extra-econômicas. É o que assegura o economista Luís Gonzaga Beluzzo, assessor especial do ministro Dílson Funaro.

No plano interno, o governo vai agora implantar o programa de três pontos anunculado pelo presidente José Sarney na última sexta-feira. O governo vai enviar ao Con-

gresso projeto de lei que elimina todos os subsídios. "Se por acaso entender que algum subsídio deva ser mantido, o próprio Congresso terá de encontrar alguma fonte de receita para isso", disse Beluzzo. E, da parte do governo, o compromisso é de não gastar mais do que arrecada e de impedir que as empresas estatais invistam além do que for gerado por suas próprias receitas.

O ladrão é a inflação

Beluzzo reconhece que o plano de ajuste interno pode ficar inviabilizado se não houver uma adesão a ele por parte dos trabalhadores. O governo vai manter todas as conquistas do assalariado, inclusive o

gatilho que reajusta automaticamente os salários cada vez que a inflação atingir um índice acumulado de 20%. No entanto — diz Beluzzo — os trabalhadores precisam compreender que o que está em jogo é o seu próprio emprego. Uma elevação indiscriminada de salários pode mergulhar o país na recessão e levar embora o emprego. Daí por que o governo vai propor uma política interna de rendas que torne compatível o crescimento econômico com a manutenção do poder aquisitivo do trabalhador.

O assalariado vai ter de entender que o maior ladrão é a inflação. A inflação baixa e, portanto, a estabilidade na economia é a maior garantia de manutenção do poder de compra dos salários.

Beluzzo disse também que o governo não está preparando novo choque na economia. Não vamos ter a hiperinflação anunciada por alguns técnicos há algumas semanas e a estabilização da economia pode perfeitamente ser conseguida com a implantação da austeridade interna.

Também não estão previstas decisões de estímulo às exportações. A política cambial está correta e já se notam sinais de recuperação da balança comercial. O superávit comercial, que ficou nos 129 milhões de dólares em janeiro, deverá subir para alguma coisa próxima dos 400 milhões de dólares em fevereiro.